



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS  
PORTUGUESES**

CENTRO CULTURAL  
**VIANA DO CASTELO**

13 E 14 DEZEMBRO **2025**

# **XXVII CONGRESSO**

*Podem Local*  
**A PROXIMIDADE QUE  
TRANSFORMA PORTUGAL**

## **RESOLUÇÃO**



## 1. INTRODUÇÃO

1. Portugal está a celebrar três momentos muito relevantes da sua história recente, com um significado muito especial também para as autarquias locais: em 2024 iniciaram-se as comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, que colocou um fim no regime de ditadura e possibilitou o início da democracia; em 2026 ocorrerá o quinquagésimo aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP); também nesse ano decorrerão as comemorações do quinquagésimo aniversário da realização das primeiras eleições autárquicas e, assim, do Poder Local Democrático.
2. A Revolução de Abril pôs termo a quase cinco décadas nas quais os municípios eram organismos dependentes do Estado, controlados política, administrativa e financeiramente pelo Governo. Os municípios eram destituídos de autonomia e de recursos financeiros, processando-se a sua administração num sistema de total dependência e subordinação face ao Estado.
3. Por isso, a CRP, aprovada em 1976, foi o instrumento fundador do Poder Local moderno e autónomo, ao estabelecer que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas pessoas coletivas territoriais autónomas dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas. O Poder Local, democraticamente legitimado, é caracterizado como administração política, sendo um dos sustentáculos e condição essencial da existência do Estado de Direito Democrático em Portugal.
4. Face ao atraso de que padecia então o país, com carências básicas absolutamente inadmissíveis em todos os domínios, desde logo naqueles que são mais essenciais à qualidade de vida das pessoas, foi necessário fazer quase tudo, oferecendo condições de vida e de dignidade aos cidadãos. O papel do Poder Local foi absolutamente determinante na concretização desse objetivo e foi um instrumento fundamental para o desenvolvimento e elevação das condições de vida das populações, para a qualificação do território e para a promoção da coesão social, económica e cultural.
5. Se nem todas as aspirações e necessidades das populações foram resolvidas ao longo dos anos, o balanço do que foi feito é extremamente positivo, uma vez que o Poder Local estimulou e propiciou o desenvolvimento, foi agente ativo e fundamental na correção de desfasamentos, valorizou recursos e competências, alcançando-se, assim, uma maior coesão nacional.
6. O XXVII Congresso da ANMP sustenta a necessidade de que sejam criadas e melhoradas as condições de que os municípios dispõem para que possam fazer mais,

37 melhor e mais depressa, em benefício das populações respetivas, tendo-se debru-  
38 çado sobre os seguintes temas de grande relevância: (i) Autonomia e Descentrali-  
39 zação; (ii) Financiamento Local; (iii) Sustentabilidade e Coesão.

## 40 **2. AUTONOMIA E DESCENTRALIZAÇÃO**

41 **7.** A autonomia local e a descentralização administrativa são instrumentos essen-  
42 ciais para a aproximação dos centros de decisão aos cidadãos, uma vez que a des-  
43 centralização pressupõe uma ampla autonomia e a autonomia exige um Estado  
44 descentralizado.

45 **8.** A descentralização tem por pressuposto o princípio da subsidiariedade, resultan-  
46 do deste que as atribuições e competências devem ser exercidas pelo nível territo-  
47 rial mais bem colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade  
48 aos cidadãos; por sua vez, a autonomia local é um instrumento ao serviço da  
49 satisfação dos interesses próprios das populações, uma vez que é reconhecido a  
50 estas um conjunto de interesses específicos que devem ser satisfeitos por órgãos  
51 localmente eleitos, que prestam contas aos cidadãos em eleições periódicas.

52 **9.** Para que as autarquias locais possam prosseguir as suas atribuições e compe-  
53 tências de forma autónoma dispõem de autonomia administrativa, regulamentar,  
54 financeira e da auto-organização dos seus serviços. Não dependem, assim, de me-  
55 canismos de autorização governamental ou de qualquer mecanismo de avaliação  
56 de mérito ou de correção das opções tomadas, reduzindo-se a tutela estadual so-  
57 bre as autarquias locais a uma tutela de mera legalidade.

58 **10. A ANMP formula um conjunto de medidas de fortalecimento da autonomia lo-**  
59 **cal, preconizando:** (i) que os municípios possam, em condições a fixar, suscitar di-  
60 retamente perante o Tribunal Constitucional a apreciação da constitucionalidade  
61 de normas violadoras do princípio da autonomia local; (ii) uma maior autonomia  
62 na gestão, com a substituição do visto prévio do Tribunal de Contas pela fiscaliza-  
63 ção sucessiva ou concomitante, com a simplificação de procedimentos e com a  
64 eliminação de pareceres de entidades externas aos municípios, contribuindo para  
65 a agilização dos procedimentos legais e regulamentares; (iii) o reforço dos pode-  
66 res tributários dos municípios relativamente aos impostos que constituem receita  
67 municipal, devendo ser competência dos órgãos municipais, de forma cada vez  
68 mais crescente, a atribuição dos respetivos benefícios fiscais.

69 **11.** Intimamente ligado à autonomia local está o **regime de tutela administrativa**  
70 **aplicável às autarquias locais, reiterando a ANMP a proposta de criação de**

- 71 **uma entidade inspetiva exclusivamente dedicada às autarquias locais**, o que se  
72 justifica face às especificidades das autarquias locais. Os autarcas portugueses de-  
73 fendem uma fiscalização escrupulosa e meticulosa das suas ações, que contribua  
74 para a segurança, certeza e perfeição jurídica dos procedimentos e das delibera-  
75 ções dos órgãos municipais.
- 76 **12.** Matéria também essencial à autonomia local é a das **condições do exercício do**  
77 **mandato pelos eleitos locais**. Para além da disponibilidade permanente, as fun-  
78 ções exercidas pelos autarcas são de grande abrangência e exigência, sendo ne-  
79 cessário adequar a estes novos tempos os instrumentos legais aplicáveis e as re-  
80 munerações devidas pelo exercício de funções, preconizando a ANMP a revisão do  
81 Estatuto dos Eleitos Locais, diploma aprovado em 1987.
- 82 **13.** Se a autonomia local pressupõe uma justa repartição de recursos públicos entre o  
83 Estado e as autarquias locais, **o princípio da descentralização implica, também,**  
84 **uma repartição justa de atribuições e competências entre o Estado e as autar-**  
85 **quias locais**, o que torna obrigatória a transferência de atribuições estaduais para  
86 as autarquias locais.
- 87 **14.** A descentralização pressupõe, essencialmente, a existência de um conjunto subs-  
88 tancial de atribuições próprias das autarquias locais, o que implica uma perspetiva  
89 dinâmica e contínua de transferência de atribuições estaduais para as autarquias  
90 locais. Por isso, deverão ser descentralizadas nas autarquias locais as atribuições  
91 e competências em que se considere existir uma otimização de recursos e os ga-  
92 nhos de eficiência e de eficácia, fruto da maior proximidade às populações e aos  
93 agentes económicos e sociais.
- 94 **15.** A verdade é que **Portugal continua a ser extremamente centralizado: em 2024,**  
95 **o peso da receita dos governos locais no total da administração pública foi de**  
96 **12,6% em Portugal, apontando para um grau de descentralização bastante in-**  
97 **ferior ao da Zona Euro (21,2%).** Esta é uma diferença que impressiona e que urge  
98 alterar, uma vez que o centralismo alimentou o afastamento do Estado face aos  
99 territórios, agravando as desigualdades estruturais.
- 100 **16.** A descentralização representa um pilar essencial para a transformação social e  
101 económica, um caminho para reorganizar o país e reforçar a competitividade dos  
102 territórios, razão pela qual desde a entrada em vigor da Lei n.º 50/2018, de 16 de  
103 agosto, várias competências nas áreas da educação, saúde, ação social, entre ou-  
104 tras, foram progressivamente transferidas para as autarquias locais.
- 105 **17.** **A ANMP sublinha que os Acordos Setoriais celebrados com o Governo em 2022**  
106 **e 2023 introduziram alterações muito relevantes no processo de transferência**  
107 **de competências para os municípios**, designadamente nos domínios da educa-

- 108                   ção, saúde e ação social, tendo-se procurado estabilizar as regras, garantir a sus-  
109                   tentabilidade financeira dos municípios e assegurar um serviço mais eficaz às co-  
110                   munidades locais, garantindo simultaneamente maior equidade territorial.
- 111                   **18.**       No entanto, a ANMP constata que **subsistem ainda matérias relacionadas com**  
112                   **a descentralização que não foram regulamentadas e reguladas**, o que tem difi-  
113                   cultado a plena implementação das competências transferidas e gerado incerte-  
114                   zas sobre a gestão de alguns serviços pelos municípios.
- 115                   **19.**       **A ANMP exorta o Governo a concretizar os instrumentos a que se comprometeu e que estão em falta, designadamente nos domínios da saúde e da educação, para que o processo possa ser definitivamente consolidado.**
- 118                   **20.**       **No domínio da saúde**, o Governo deve materializar e definir os critérios e as fór-  
119                   mulas de cálculo para determinação da dotação dos trabalhadores inseridos na  
120                   carreira de assistente operacional, os rácios de veículos afetos a cada centro de  
121                   saúde/município, o programa destinado à aquisição de veículos elétricos, o ma-  
122                   peamento das instalações que necessitam de investimento e o programa de re-  
123                   cuperação/reabilitação de centros de saúde.
- 124                   **21.**       **No domínio da educação**, é fundamental acelerar a execução das obras de requa-  
125                   lificação das 526 escolas identificadas como necessitando de intervenção priori-  
126                   tária. A requalificação das escolas, prevista no acordo entre a ANMP e o Governo,  
127                   que conta com um envelope financeiro significativo – prevê um montante global  
128                   indicativo de 1 730 milhões de euros, até 2033.
- 129                   **22.**       Até ao momento foram abertos três Avisos que permitem o avanço do processo,  
130                   **mas a ANMP considera que é urgente alterar o último destes Avisos, salvaguar-**  
131                   **dando aspetos importantes que não foram nele contemplados: (i) ao excluir as**  
132                   **escolas P3 e as escolas posteriormente aditadas (às quais não foi atribuído**  
133                   **grau de prioridade), ficam sem apoio neste Aviso algumas escolas relativa-**  
134                   **mente às quais os municípios foram avançando, com fundadas expectativas**  
135                   **de financiamento, pelo que se defende que o âmbito seja alargado com esse**  
136                   **intuito; (ii) o Aviso prevê que a decisão sobre as candidaturas seja proferida, na**  
137                   **melhor das hipóteses, em agosto de 2026, o que é manifestamente tarde para**  
138                   **as obras que já estão em execução ou em condições de avançar, devendo, por**  
139                   **isso, alterar-se o aviso, passando a permitir-se a apresentação e aprovação de**  
140                   **candidaturas por fases, sugerindo-se três fases escalonadas da seguinte for-**  
141                   **ma: dezembro de 2025, março de 2026 e junho de 2026, propiciando-se, assim**  
142                   **que o processo siga o seu curso normal.**
- 143                   **23.**       Para assegurar o correto financiamento da transferência de competências, a ANMP  
144                   reivindica que o **Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD)** seja cla-

rificado e alvo de uma maior especificação, garantindo que as verbas transferidas se baseiam em custos efetivos e mensuráveis e não uma atualização com base na inflação ou no valor das atualizações remuneratórias. Destaca-se, também, a necessidade da reposição em funcionamento da **Comissão de Acompanhamento do FFD**, responsável por avaliar a adequação das transferências e assegurar que os montantes correspondem aos encargos efetivamente assumidos pelos municípios.

**24.** Sendo o processo de transferência de competências complexo, a ANMP tem em desenvolvimento o **Observatório do Poder Local**, pretendendo-se, através de uma plataforma de informação cujos dados serão tendencialmente recolhidos de forma automática, construir uma base comum de informação e conhecimento, devidamente padronizada, da atividade e desempenho de toda a administração local, que permitirá acompanhar, monitorizar e avaliar o processo de descentralização.

**25.** Para além de ser fundamental para uma efetiva reforma administrativa em Portugal, a **criação das regiões administrativas** é também essencial para o aprofundamento da descentralização administrativa. A ANMP reafirma a necessidade da regionalização do país, como instrumento fundamental para a promoção da coesão nacional nos seus múltiplos aspetos e do desenvolvimento integrado dos territórios.

### **3. FINANCIAMENTO LOCAL**

**26.** No contexto atual de aumento de responsabilidades e de alguma incerteza quanto aos recursos disponíveis, acrescem ainda fatores que pressionam as finanças locais, desde logo os compromissos com uma sociedade de baixo carbono – para minimizar os impactos das alterações climáticas –, com o envelhecimento da população, com as necessidades de habitação e novas infraestruturas e com a aposta na maior atratividade e competitividade dos territórios, tornando-se fundamental a mobilização sustentável dos recursos financeiros necessários e de fontes inovadoras de financiamento local. **A ANMP reafirma a necessidade de aprovação urgente de uma nova Lei das Finanças Locais que substitua a atual, uma vez que esta não garante a sustentabilidade financeira dos municípios.**

**27.** Esta nova Lei deverá conduzir à convergência com os níveis médios de partilha de recursos da Zona Euro, propiciar a correção das assimetrias territoriais, possibilitar uma outra abordagem dos novos desafios e tendências demográficas, climáticas e digitais, para além de garantir a estabilidade, transparência e simplificação dos reportes de informação, exponenciando, neste último aspeto, as atuais vantagens da interoperabilidade e interconexão de dados.

- 179           **28. A convergência com a média europeia implica forçosamente o aumento da**  
180           **receita da administração local**, apenas possível de atingir com a introdução de  
181           medidas que permitam, por um lado, reforçar o valor das transferências do Orça-  
182           mento do Estado e, por outro lado, alargar o espetro de impostos que são receitas  
183           dos municípios, mantendo o justo equilíbrio entre todos.
- 184           **29.** Relativamente ao **reforço das transferências** a ANMP propõe o aumento do Fun-  
185           do de Equilíbrio Financeiro (FEF) para 25,3% da média aritmética de IRS, IRC e IVA,  
186           como aconteceu até 2013, bem como o reforço do FFD e das receitas das entida-  
187           des intermunicipais.
- 188           **30.** No que respeita ao **alargamento das receitas próprias**, a ANMP defende: (i) o au-  
189           mento gradual do valor de partilha do IRS até 10%; (ii) a reformulação progressiva  
190           da participação do IVA para 1,5% do total da receita deste imposto; (iii) a afetação  
191           aos municípios das receitas cobradas através dos adicionais ao IMI e IUC; (iv) a pre-  
192           visão de uma participação de 5% no ISP; (v) a consagração de uma participação de  
193           10% nas receitas do Fundo Ambiental.
- 194           **31.** Em paralelo, é **fundamental promover-se a coesão territorial e a correção de**  
195           **assimetrias entre municípios** com realidades socioeconómicas distintas, o que  
196           passa, por um lado, pelo reforço da capacidade de arrecadação de receitas pró-  
197           prias nos municípios com características que o permitem (municípios de maior di-  
198           mensão e dinamismo económico) e, por outro lado, pela criação de critérios forte-  
199           mente redistributivos nas transferências do Orçamento do Estado, que permitam  
200           compensar os municípios mais dependentes destas receitas.
- 201           **32.** No que diz respeito aos fundos comunitários, Portugal tem, atualmente, dois gran-  
202           des programas de financiamento europeu, que precisa de executar atempadamen-  
203           te, sob pena de ter de devolver verbas a Bruxelas – o **Plano de Recuperação e Re-**  
204           **siliência (PRR) e o Portugal 2030 (PT2030)**. Esta sobreposição de financiamentos  
205           é positiva, na medida em que permite o apoio a intervenções e investimentos que,  
206           de outra forma, dificilmente conseguiríamos implementar, mas, em simultâneo,  
207           coloca muita pressão sobre os beneficiários – públicos e privados – e acarreta uma  
208           responsabilidade redobrada no que diz respeito à boa utilização das verbas.
- 209           **33.** A ANMP defende várias **medidas que contribuiriam para melhorar os níveis de**  
210           **execução do PRR e a execução dos investimentos previstos**. Entre outras, des-  
211           tacam-se: (i) a negociação, com a Comissão Europeia, do adiamento do prazo li-  
212           mite para execução do PRR; (ii) a definição de estratégias alternativas, por parte  
213           do Governo, para financiar as intervenções aprovadas pelo PRR que não estarão  
214           concluídas a tempo, designadamente escolas e centros de saúde; (iii) a atualização  
215           em alta dos valores de referência/ custos-padrão, de acordo com a inflação e com  
216           a evolução dos valores de mercado.

- 217           **34.**   No Portugal 2030, os níveis de execução são baixos a preocupantes. Dado o atraso  
218           no arranque do quadro e o elevado peso que os investimentos municipais repre-  
219           sentam nos programas regionais, a execução do setor local é fundamental para  
220           o cumprimento das metas, mas não se pode imputar a falta de execução exclu-  
221           sivamente aos municípios, nem exigir o impossível. **É indispensável encarar as**  
222           **autarquias como parceiros com um objetivo comum e encetar diálogos cons-**  
223           **trutivos entre os vários níveis de governação e gestão dos fundos, o que la-**  
224           **mentavelmente nem sempre se tem verificado.**
- 225           **35.**   A ANMP reitera a sua discordância sobre a revisão intercalar do PT 2030, uma vez  
226           que a mesma reduziu as verbas contratualizadas com as Entidades Intermunicipi-  
227           pais, sem o acordo dos municípios, defendendo-se que deveriam ter sido ponde-  
228           radas outras áreas e investimentos sem execução para compensar os reforços das  
229           novas tipologias, evitando os cortes “cegos” nas verbas contratualizadas.
- 230           **36.**   Reitera-se, também, a necessidade de reforço da participação da ANMP na go-  
231           vernação dos fundos, um maior investimento na capacitação dos municípios e  
232           entidades intermunicipais, o apoio aos sistemas de águas e resíduos independen-  
233           temente da opção de gestão e, ainda, a adoção alargada de medidas de simplifi-  
234           cação e aceleração.
- 235           **37.**   **No que respeita ao próximo período de programação 2028-2034**, evidenciam-  
236           -se as reações quase unanimemente negativas das regiões e dos municípios, bem  
237           como do Parlamento Europeu. A ANMP constata com enorme desagrado que a  
238           fusão da política de coesão com a política agrícola comum num único “megafun-  
239           do” gerido diretamente pelos Estados-Membros e similar ao PRR não salvaguarda  
240           os interesses específicos de cada território.
- 241           **38.**   A ANMP considera a proposta da Comissão Europeia negativa e preocupante, no-  
242           meadamente para a Política de Coesão, condenando as tendências centralizado-  
243           ras que a mesma reflete.

#### 244           **4. SUSTENTABILIDADE E COESÃO**

- 245           **39.**   Portugal debate-se com problemas de diversa índole de natureza transversal, fru-  
246           to da litoralização e da concentração da população nos grandes centros urbanos.  
247           As áreas urbanas debatem-se, desde logo, com os desafios decorrentes da pressão  
248           populacional, enquanto as áreas rurais enfrentam grandes vulnerabilidades, com  
249           problemas de desertificação e com a diminuição e encerramento de serviços pú-  
250           blicos e outros serviços de proximidade, entre outros.

- 251           **40. O problema da habitação é hoje crítico e transversal a todo o país, central**  
252           **nas políticas públicas.** Sendo um problema com especial incidência nos grandes  
253           centros urbanos e comum à generalidade dos países europeus, em Portugal tem  
254           um contexto de particular gravidade, pois a habitação pública representa apenas  
255           cerca de 2% do total do parque habitacional - uma das mais baixas percentagens  
256           de toda a Europa -, e a capacidade económica das famílias não acompanha a es-  
257           calada de preços de arrendamento e da aquisição de habitação.
- 258           **41.** A crise na habitação agravou-se significativamente na última década e não se  
259           evoluiu para um modelo justo de distribuição de responsabilidades e meios, sen-  
260           do necessário fazer uma reflexão profunda sobre todo o quadro legislativo de base  
261           atualmente existente. É obrigatório reformar o regime do arrendamento apoiado,  
262           revisitar os programas habitacionais existentes e outros instrumentos nacionais  
263           de execução de políticas públicas na área da habitação, sinalizando onde é preci-  
264           so flexibilizar a intervenção do Estado, dando aos municípios, também aqui, uma  
265           maior autonomia.
- 266           **42. É indispensável acomodar um novo modelo de financiamento municipal para**  
267           **a habitação,** que fiabilize estas opções estratégicas de política pública, cimentan-  
268           do-as na garantia de um orçamento estável e previsível, que crie condições para a  
269           execução das estratégias municipais de habitação.
- 270           **43. A área da transição verde e energética** é cada vez mais relevante para o desen-  
271           volvimento do país, face ao objetivo fundamental de mitigar o impacto acentuado  
272           das alterações climáticas. Estabelecendo o Roteiro para a Neutralidade Carbónica  
273           objetivos precisos para a descarbonização, também no setor elétrico, com o aban-  
274           dono a prazo dos combustíveis fósseis para a produção de eletricidade e o aumen-  
275           to da capacidade instalada a partir de fontes de energia renovável, são necessários  
276           passos seguros que assegurem a concretização desses objetivos.
- 277           **44.** Ora, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, uma responsabilidade mu-  
278           nicipal, é uma atividade muito relevante para que possamos encarar os desafios  
279           que temos pela frente, propiciando que as redes possam acomodar novos servi-  
280           ços, desde logo aqueles que são essenciais ao desenvolvimento da mobilidade  
281           elétrica e para a disponibilização de sinergias para recolha de outros dados que  
282           alimentem novos serviços das *smart cities*, **razão pela qual a ANMP exige do**  
283           **Governo a criação dos mecanismos que possibilitem o lançamento urgente**  
284           **dos procedimentos concursais para atribuição das concessões municipais de**  
285           **energia em baixa tensão.**
- 286           **45.** Tendo por objetivo a correção de injustiças fiscais, mas também para garantir que  
287           os rendimentos provenientes da exploração de recursos públicos revertam para  
288           o desenvolvimento local, fortalecendo a coesão territorial e a sustentabilidade fi-

289 nanceira municípios - muito em particular daqueles onde se localizam os ativos  
290 hídricos, também de baixa densidade e com fortes assimetrias no acesso a recur-  
291 sos públicos -, a **ANMP exorta o Governo a acomodar na letra da Lei, de forma**  
292 **clara e inequívoca, os termos já consensualizados para a avaliação dos centros**  
293 **eletroprodutores**, promovendo a justa liquidação e cobrança do IMI e a equitativa  
294 repartição pelos municípios envolvidos.

295 **46. O país enfrenta grandes constrangimentos em matéria de resíduos**, resultado  
296 do contínuo aumento da sua produção, aliado a um esgotamento anunciado da  
297 capacidade dos aterros - no final de 2023, dos 35 aterros existentes, apenas 13 ti-  
298 nham capacidade disponível superior a 20% da sua lotação. Incita-se o Governo a  
299 aperfeiçoar e acelerar, em muito, a concretização e implementação do Plano de  
300 Ação TERRA, concretizando, em articulação com os municípios, a localização das  
301 novas infraestruturas, definindo os incentivos e compensações dos territórios/ po-  
302 pulaçãoes que recebem tais infraestruturas, regulamentando a sua partilha e apre-  
303 sentando a sua calendarização temporal e cronograma financeiro, com indicação  
304 e garantia das fontes de financiamento.

305 **47.** Enquanto tal não ocorrer, **a ANMP reivindica que o Governo contenha o valor da**  
306 **Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)**, que é verdadeiramente incomportável, e que  
307 o Fundo Ambiental proceda à devolução direta da totalidade da TGR paga pelos  
308 municípios (e não de apenas 30%).

309 **48. Em matéria de águas e saneamento**, defende-se que as tarifas em baixa devam  
310 ser ajustadas a cada realidade económica e social, numa lógica de serviço públi-  
311 co, em cumprimento do princípio da equidade, e não numa lógica puramente  
312 económico-financeira, sob pena da sua elevação para níveis socialmente incom-  
313 portáveis, sobretudo e em particular nas regiões do país economicamente mais  
314 desfavorecidas, mais dispersas e menos densamente povoadas.

315 **49.** A ANMP reitera a sua posição **contra a imposição e diferenciação de tarifas pela**  
316 **ERSAR, atentatória da autonomia dos municípios** e defende a recuperação de  
317 custos através da prática de tarifas reais moduladas em função das características  
318 socioeconómicas das regiões, **que permita assegurar a sustentabilidade econó-**  
319 **mica e financeira dos sistemas por via de mecanismos de solidariedade nacio-**  
320 **nal e regional (com a existência de fundos de equilíbrio tarifário e o desenvol-**  
321 **vimento de uma tarifa única).**

322 **50. Não há sustentabilidade e coesão sem que as populações se sintam protegidas**  
323 relativamente a riscos coletivos, desde logo no que concerne aos incêndios rurais.  
324 Com o objetivo de responder os desafios estruturais que o país enfrenta ao nível  
325 da floresta, espaço rural e gestão dos incêndios rurais, tendo em vista reforçar a re-  
326 siliência dos territórios, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e melhorar

327 a prevenção e o combate aos incêndios, a ANMP entende como fundamental que  
328 as Câmaras Municipais sejam dotadas de instrumentos legais e administrativos  
329 que possibilitem uma outra intervenção no terreno.

## 330 **5. O XXVII CONGRESSO DA ANMP**

331 A ANMP afirma que o conjunto de propostas formuladas nesta Resolução e nos docu-  
332 mentos temáticos são fundamentais para a construção de um Poder Local mais forte,  
333 sendo, também, essenciais para o desenvolvimento do país e para o aprofundamento da  
334 democracia. Entre outras, o CONGRESSO:

335 ■ **Reivindica ao Governo que desenvolva urgentemente os procedimentos aptos**  
336 **à aprovação de uma nova Lei das Finanças Locais, para que a mesma possa ter**  
337 **já efeitos no Orçamento do Estado para 2027** e que, entre outros aspetos, con-  
338 duza à convergência com os níveis médios de partilha de recursos da Zona Euro,  
339 propicie a correção das assimetrias territoriais e garanta a estabilidade, transpa-  
340 rência e simplificação do financiamento local.

341 ■ Afirma que a **descentralização administrativa** é um pilar essencial da reforma do  
342 Estado e um instrumento fundamental para a transformação social e económica  
343 do país, reforçando a coesão territorial.

344 ■ Destaca a evolução havida no processo de transferência de competências após a  
345 celebração dos Acordos entre a ANMP e o Governo nas áreas da educação, saúde e  
346 ação social, com a resolução de importantes questões previamente identificadas,  
347 **considerando, no entanto, que o Governo deve propiciar o seu acompanha-**  
348 **mento efetivo com a revitalização da Comissão de Acompanhamento, corrigir**  
349 **o que precisa de correção e concretizar as matérias ainda em falta constantes**  
350 **desses Acordos.**

351 ■ **Considera que é urgente salvaguardar aspetos importantes que não foram**  
352 **contemplados nos Avisos para financiamento do Programa Escolas, permitin-**  
353 **do a inclusão das escolas P3 e das escolas posteriormente aditadas, designa-**  
354 **damente aquelas cuja execução foi decorrendo, acautelando-se ainda a atri-**  
355 **buição de financiamento de forma contínua.**

356 ■ Reitera a proposta, no âmbito da **tutela administrativa**, de criação de uma entida-  
357 de inspetiva exclusivamente dedicada às autarquias locais.

358 ■ Preconiza a revisão do **Estatuto dos Eleitos Locais**, adequando as condições do  
359 exercício do mandato dos eleitos locais às exigências dos tempos atuais.

- 360 ■ Entende como essencial uma reflexão sobre o modelo de organização, a gestão  
361 e a valorização das **carreiras da Administração Local**, uma vez que a rigidez de  
362 apenas três carreiras gerais conjugada com todas as limitações ao nível da avalia-  
363 ção do desempenho e na evolução na carreira, vêm prejudicando não só a atração,  
364 como também a retenção de talento na Administração Pública.
- 365 ■ Defende a efetiva participação dos municípios no desenho, governação e gestão  
366 dos **fundos comunitários**, garantindo-se a resposta às prioridades de cada territó-  
367 rio de uma forma que se pretende mais célere e desburocratizada.
- 368 ■ Reivindica que o Governo repense a aplicação da **Taxa de Gestão de Resíduos**  
369 **(TGR)**, contenha e modere o seu valor, que é verdadeiramente incomportável, e que  
370 o Fundo Ambiental proceda à devolução direta da totalidade da TGR paga pelos  
371 municípios.
- 372 ■ Considera inaceitável a demora no lançamento dos procedimentos concursais  
373 para a atribuição das **concessões de eletricidade em baixa tensão**, reclamando  
374 do Governo a criação das condições necessárias para o efeito.
- 375 ■ Sustenta a indispensabilidade de ser dada uma resposta cabal e definitiva ao gra-  
376 ve problema do **acesso à habitação**, com a revisitação dos programas habitacio-  
377 nais existentes e de outros instrumentos de execução de políticas públicas nesta  
378 área, acomodando, também, um modelo de financiamento municipal para a ha-  
379 bitação.
- 380 ■ Considera que a **criação das regiões administrativas** é essencial para o aprofun-  
381 damento da descentralização administrativa, sendo um instrumento fundamen-  
382 tal para a promoção da coesão nacional nos seus múltiplos aspetos e do desenvol-  
383 vimento integrado dos territórios.

384 **Viana do Castelo, 14 de dezembro de 2025**



CENTRO CULTURAL  
**VIANA DO CASTELO**  
13 E 14 DEZEMBRO 2025

# XXVII **CONGRESSO**

*Países Locais*

**A PROXIMIDADE QUE  
TRANSFORMA PORTUGAL**







ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
**MUNICÍPIOS**  
**PORTUGUESES**

*Poder Local*  
**A PROXIMIDADE QUE  
TRANSFORMA PORTUGAL**